

Evangelizar em tempos de pós-cristandade

A relação entre a conjuntura eclesial e as opções evangelizadoras das DGAE

INAPAZ ¹

O perfil das análises de conjuntura eclesial

1. **Em que sentido as Diretrizes Gerais que estamos para aprovar correspondem à atual conjuntura brasileira?** Esta é a pergunta a partir da qual foi elaborada a Análise de Conjuntura Eclesial (ACE) a ser apresentada na 62ª Assembleia Geral da CNBB ². Esta também é a perspectiva que, ao longo do atual quadriênio, vem acompanhando as análises levadas a efeito tanto nas reuniões do CONSEP quanto nas do Conselho Permanente. Interessa compreender a realidade e identificar até que ponto as opções feitas são capazes de interagir evangelicamente com a realidade, ajudando a discernir caminhos para a ação evangelizadora. Esta foi a indicação que o Papa Leão XIV apresentou a toda a Igreja na homilia da missa de início do ministério petrino: “guardar o rico património da fé cristã e, ao mesmo tempo, de olhar para longe, para ir ao encontro das interrogações, das inquietações e dos desafios de hoje”. ³
2. Com isso, as ACEs apresentadas até o momento têm buscado articular aspectos socioculturais e teológicos, no desejo de compreender como o

¹ A equipe do INAPAZ é atualmente composta por D. Joel Portella Amado, D. Wellington Queiróz, D. Jânison de Sá Santos, Pe. Abimar Oliveira de Moraes, Pe. André Márcio Nogueira de Souza, Pe. Danilo Pinto dos Santos, Pe. Douglas Alves Fontes, Pe. Marcelo Batalioto, Pe. Marcial Maçaneiro, Sra. Maria Inês Castro Millen, Srta. Mariana Venâncio, Irmã Sueli Cruz e Pe. Waldecir Gonzaga.

² Esta análise recolhe um pouco do que estava preparado para ser apresentado em 2025, quando as novas DGAE seriam votadas. Com o adiamento da AGO, também a análise de conjuntura se deslocou, mantendo, porém, a intuição principal, que é a da conexão entre as DGAE a serem votadas e a conjuntura pastoral.

³ LEÃO XIV, Homilia para o início do ministério petrino do bispo de Roma, 18 de maio de 2025



brasileiro e a brasileira de nossos dias interpretam a realidade e lidam com ela. É por isso que o destaque tem sido dado às visões de mundo e mentalidades predominantes no Brasil de nossos dias. Esta opção não nega a existência de fatores de origens diversas. Tampouco rejeita a possibilidade de compreensões diferentes ou fatos proeminentes no cenário religioso brasileiro. Afirma, no entanto, que a ótica utilizada tem como objetivo ajudar a discernir a relação entre as opções pastorais feitas e a realidade para a qual essas opções foram pensadas. Conseqüentemente, as ACEs até aqui apresentadas, sem perder de vista os acontecimentos mais imediatos e seus desdobramentos, têm se esforçado por ultrapassar uma perspectiva descritiva dos fatos, buscando compreender as tendências subjacentes, as explicações das causas e as relações que os fatos possuem tanto entre si quanto na conexão com os eixos de compreensão identificados.

3. Essa opção foi feita com base no que reiteradas vezes se indicou como a identidade da evangelização, conforme, entre outros, afirma a Evangelii Nuntiandi em seu nº 19, texto que não se pode deixar de mencionar⁴. Embora a ação evangelizadora deva seguir por caminhos de especialização, dialogando com realidades bem concretas, existe uma base impossível de ser menosprezada. Esta é a razão pela qual se tem insistido tanto no que se convencionou chamar de *ethos religioso brasileiro atual*, ou seja, o modo como pessoas e grupos lidam com a vida, com a dimensão religiosa em geral e com o catolicismo em particular. De alguma maneira, todas as ACEs apresentadas até agora neste quadriênio têm sido elaboradas a partir deste ethos.

⁴ EN 19 – "...os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade..."



O ethos religioso brasileiro

4. Nas últimas décadas, temos assistido a algumas transformações no cenário religioso brasileiro que nos permitem identificar uma realidade suficientemente distinta da que ocorria há não muitas décadas. O Brasil, dentro de um processo cultural e religioso mundial, vem se tornando cada vez mais plural. Trata-se de uma pluralidade não estática nem justaposta, no sentido de que as diversas possibilidades do ato de crer coexistam harmonicamente uma ao lado da outra. Ao contrário, essas possibilidades encontram-se em contínuo movimento, ou seja, com a circulação de pessoas entre as diversas possibilidades de compreender a vida em sua totalidade e especificamente na dimensão religiosa. Em algumas situações, essas possibilidades chegam a conflitar entre si, levando a posturas combativas do diferente. Junto com a pluralidade e a mobilidade, devemos ainda considerar a individualização, ou seja, o predomínio do individual sobre o comunitário, o grupal, o institucional e o social.
5. Embora não sejam as únicas, estas, são as características mais marcantes, interagindo entre si, com nossas respostas pastorais, tanto as antigas quanto as novas, e com os problemas humanos e socioambientais. O Brasil, com um ethos predominantemente plural, individualizado e com alta mobilidade, tem se tornado mais *secularizado*, ingressando, com um vigor maior nas últimas décadas, no que podemos chamar de *pós-cristandade*. E nesse ponto toda atenção se faz necessária, pois não se trata de ausência de religião, mas de um lugar diferente da religião na vida das pessoas, dos grupos e da sociedade como um todo. A religião não desaparece. Ela se reconfigura, adquirindo contornos diferentes, com os quais nossa formação inicial e algumas de nossas práticas pastorais não estão acostumadas a lidar, uma vez que uma e outra foram construídas a partir de uma base socioreligiosa específica e a ela



direcionadas. No Brasil, a cristandade, como aqui é compreendida, representava uma sociedade em que o catolicismo era a espinha dorsal da cultura e da política. Já a pós-cristandade é marcada por pluralismo, secularização e religiosidade fluida, em que a fé cristã continua relevante, mas como opção pessoal e não como tendência sociocultural.⁵ É em razão desta reconfiguração que nos assustamos algumas vezes com a submissão da religião a interesses financeiros ou políticos. É também em razão desta reconfiguração que percebemos certa dose de passividade diante de valores cristãos básicos como, por exemplo, a proteção da vida em todas as suas instâncias e expressões, a justiça social ou a democracia. Por isso, o desafio atual não consiste apenas em manter o foco na diminuição percentual de católicos, com o conseqüente empenho pastoral por recuperar os que se foram. Se, por um lado, existe uma efetiva preocupação pela questão quantitativa, por outro, até para que a diminuição seja efetivamente enfrentada, faz-se indispensável compreender como a fé católica tem sido vivida, interpretada, significada e transmitida num contexto marcado pela pluralidade, pela aguda subjetividade e pela mobilidade religiosa.

6. Nesse sentido, os dados censitários de 2022, mesmo que passíveis de atualização mais refinada, permanecem relevantes como ratificação de uma tendência intuída. Eles constatam uma mudança importante: o Brasil deixa de ser um país hegemonicamente católico para se configurar como uma nação religiosamente plural e dinâmica. Contudo, os números censitários são insuficientes para uma aproximação mais consistente da realidade verificada no ethos religiosos brasileiro. Eles precisam ser interpretados, entre outros

⁵ A Igreja no Brasil já tratou algumas vezes das transformações socioculturais a partir do conceito de *cristandade*. Por exemplo: CNBB. Comunidade de comunidades: uma nova paróquia. Documento 100. Capítulo 1, que trata da superação histórica da Cristandade, especialmente nos números 11-14 e 16.



aspectos, à luz de aspectos culturais mais amplos. De fato, o Brasil não está menos religioso. Ao contrário, a dimensão religiosa se encontra em alta. Basta ver o número de publicações nas redes sociais, quer diretamente abordando temas religiosos quer abordando outros temas, porém com a dimensão religiosa subjacente. Os dados censitários não mostraram um Brasil mais ateu e/ou agnóstico. Tornamo-nos um país mais plural, com o fortalecimento – embora numericamente menor do que se esperava - das pessoas sem-religião, as desigrejadas, como se convencionou chamar a partir de estudos do protestantismo em nosso país. A experiência religiosa brasileira se deslocou de um perfil monocêntrico, institucional, doutrinal e estático para um perfil altamente plural, individualizado, sem a necessidade de corpos doutrinários a serem aceitados em sua totalidade e altamente mutante. O Brasil está passando da cristandade para a pós-cristandade.

Um tempo de muitos pós e muitas crises

7. Essa referência ao termo *pós-cristandade* nos recorda que estamos em um tempo de vários pós. Como sabemos, a Sociologia e a Filosofia têm aplicado o prefixo *pós* para diagnosticar as rupturas da nossa época. Com isso, podemos falar em pós-modernidade, termo mais conhecido, e base para todos os demais conceitos. Podemos falar em *pós-verdade*, enquanto reconhecimento de que os fatos objetivos possuem menos influência na moldagem da opinião de pessoas e grupos do que os apelos a emoções e crenças pessoais. Há quem fale em *pós-humanismo* para questionar a afirmação de que o ser humano seja o centro do universo e o ápice da evolução. É possível nos referir a pós-democracia, pós-trabalho ⁶ e, no caso

⁶ *Pós-democracia* descreve um cenário onde as instituições democráticas (voto, parlamento, partidos) continuam existindo formalmente, mas perderam sua capacidade de incidir sobre as



desta análise, a *pós-cristandade*, um conceito já muito abordado em estudos, eventos científicos, análises, entre outros, e que se refere ao contexto atual em muitas sociedades ocidentais, onde o cristianismo já não ocupa posição central ou normativa. O cristianismo se torna uma escolha pessoal em um contexto bastante plural, perdendo força institucional.

8. Esse deslocamento do lugar social do cristianismo não é, como sabemos, um fato isolado. Conecta-se com outros deslocamentos, com outros *pós*, os quais, em seu conjunto, podem ser compreendidos como uma *policrise*⁷ Por certo, estamos no âmbito das relações sociais, para o qual *crise* significa que as instâncias e as dinâmicas que até algum tempo serviam para orientar e regular a vida social já não funcionam mais. Isso vale, por exemplo, para a família, o estado, as religiões institucionalizadas e assim por diante. Refere-se às pontes que filtram, traduzem e organizam a relação com a realidade. São as instâncias que, estando entre o indivíduo e o mundo, fornecem sentido, significado e referência. Quando essas instâncias entram em crise, o indivíduo fica exposto diretamente a si mesmo, tornando-se vulnerável a uma espécie de caos de desinformação e oscilação. Pensamos, portanto, em novas DGAE para um tempo marcado pela policrise, tempo que se caracteriza por uma forte *crise de mediações*. Sem mediações eficazes, a cultura se torna um amontoado de fragmentos. Trata-se, em outras palavras, também de uma *crise de referências*, pois os modelos, valores e autoridades que antes serviam

grandes questões de uma sociedade. As reais decisões passam a ser tomadas por grandes corporações, algoritmos e mercados financeiros. O debate público vira um espetáculo de marketing, sem poder real de mudança. *Pós-trabalho* se refere ao fim do emprego como o conhecemos, devido à automação e à precarização, indagando como a sociedade está se organizando diante da possibilidade de a tecnologia substituir grande parte das funções humanas.

⁷ Utiliza-se aqui o uso que Edgar Morin faz do termo *policrise*. Para ele, não se trata apenas de mudanças isoladas nos âmbitos, por exemplo, econômico, político ou ecológico. O que ocorre nesses âmbitos são sintomas de uma crise maior da civilização ocidental, uma verdadeira crise civilizacional. Cf: MORIN, Edgar. *Changeons de voie: les leçons du coronavirus*. Paris: Denoël, 2020.



como bússolas para a conduta humana perdem sua validade ou clareza. É o *derretimento da cola social*, sem a qual a sociedade não consegue se organizar para enfrentar os grandes problemas, deixando o indivíduo sozinho e vulnerável. Sem negar o valor humano da individualidade, é preciso reconhecer que o atual enfraquecimento das instâncias socioculturais faz com que o indivíduo acabe perdendo sua proteção sociocultural, oscilando entre o discurso de livre acesso a tudo, mas, na verdade, profundamente desprotegido. O acesso, que sempre exige certa dose de mediação, torna-se imediato. Essa sobrecarga cognitiva faz com que o indivíduo não consiga processar o significado da vida e de tudo que a ela está ligado. O risco, portanto, de individualismos, sectarismos e fanatismos torna-se grande, pois sem mediações comuns, não conseguimos nem mesmo concordar sobre quais são os problemas. Enfraquecem-se os projetos comuns e as causas universais.

9. Isso leva a entender que também estamos em um período marcado por uma *crise de alteridade ou transcendência*. O indivíduo se fecha em si mesmo, esgotando sua capacidade de olhar para além do imediato, do material e do próprio eu. Nessa crise de alteridade, fortalece-se igualmente a *crise de vínculos*, afetando a capacidade de viver em conjunto, em meio às diferenças. Apesar de estarmos mais do que nunca conectados, sentimo-nos isolados e fragmentados. Por sua vez, esse isolamento, abre espaço para o que podemos chamar de *crise do cuidado* ou, se assim desejarmos, *crise da solidariedade*, isto é, de sensibilidade para o outro, especialmente aquele atingido por vulnerabilidades. É uma *crise da escuta atenta*⁸. A isso se soma

⁸ HAN, Byung-Chul. Infocracia: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022. IDEM, A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje. Petrópolis: Vozes, 2022. A expressão *crise da escuta atenta* foi apresentada por este autor nestas duas obras. Referindo-se à comunicação digital, ele argumenta que estamos em bolhas onde só queremos ouvir o eco de



uma *crise de sentido*, pois nosso mundo tem produzido tecnologia e certo tipo de riqueza, mas não tem conseguido dizer *para quem* ou *para onde* está indo. Sabemos como as coisas funcionam tecnicamente, mas não sabemos o que elas significam humanamente. A ciência nos dá o *como*, mas a cultura não consegue nos dar o *porquê* nem o *para quem*. Se não sabemos as motivações mais profundas, aquelas que nos permitem ir além do imediato, perdemos a *esperança*, não conseguimos construir projetos comuns. Como consequência, corre-se o risco de não se resolver os grandes problemas de nosso tempo. Afinal, para resolver, por exemplo, a crise socioambiental, precisamos de vínculos globais de solidariedade. Para resolver a crise política, precisamos de vínculos de confiança nas instituições e assim por diante. Nesse sentido, é possível intuir que estamos igualmente passando por uma *crise de incidência*, pois algumas vezes tem-se a impressão de que a realidade acaba por incidir mais sobre a vivência do Evangelho do que o Evangelho sobre a realidade.

10. Outro aspecto que desponta com bastante evidência é a crescente *crise da pertença institucional*, caracterizada pelo enfraquecimento das mediações tradicionais da fé. A transmissão religiosa, outrora sustentada pela família, pela paróquia e por uma estrutura social mais homogênea, já não se impõe com a mesma força. Em seu lugar, emerge uma pertença marcada pela escolha individual, frequentemente provisória e condicionada às necessidades caracteristicamente subjetivas. Tal fenômeno não implica necessariamente o abandono da fé, mas a reconfigura em formas mais fluidas e personalizadas. Nesse contexto, o fiel passa a transitar entre distintas experiências religiosas, bem como entre distintos modelos eclesiais e expressões de espiritualidade no interior do próprio catolicismo, apropriando-se seletivamente de práticas,

nossas próprias opiniões. Nós não escutamos o outro. Apenas o usamos para validar o que já pensamos. Para ele, a verdadeira escuta exige **tempo**, silêncio e a aceitação da diferença, coisas que a sociedade do desempenho e dos algoritmos não permite.



linguagens e experiências que melhor respondam às suas demandas. Conscientemente ou não, vive uma religiosidade *a la carte* ⁹. O mundo contemporâneo não elimina a fé, mas a insere em um campo de escolhas, no qual ela se torna uma possibilidade entre outras e, por isso mesmo, mais vulnerável à perda de relevância existencial.

11. Nesse contexto, é fato que o Brasil continue sendo um país de matriz cristã, porém cada vez menos identificado com uma pertença católica institucional. Essa dissociação entre identidade religiosa e adesão eclesial indica uma mudança significativa, pois é possível compartilhar símbolos, valores e referências cristãs sem, contudo, participar efetivamente da comunidade eclesial nem seguir os valores próprios da identidade no caso católica. Nesse horizonte, não se trata de um abandono imediato da religião, mas de uma transformação que, a médio e longo prazo, abre caminho para formas difusas de secularização. Tal realidade desafia diretamente entendimentos pastorais baseados na suposição de uma adesão estável e implica sensivelmente as instâncias mediadores de transmissão da cultura religiosa cristã católica e da própria fé. Um dos sinais mais expressivos dessa transformação é o já mencionado fenômeno dos *sem religião*, uma categoria que não deve ser confundida com o ateísmo. Ao contrário, muitos dos que se situam nesse grupo mantêm formas de crença e práticas espirituais, embora desvinculadas de instituições religiosas. Trata-se, portanto, de uma religiosidade marcada pela autonomia do sujeito e pela valorização da experiência pessoal.¹⁰ Desse

⁹ HERVIEU-LÈGER, Daniele. *La religion en miettes ou la question des sectes*. Paris: Calmann-Lévy, 2001

¹⁰ A reflexão sobre *crer sem pertencer* foi sistematizada por Grace Davie para explicar a crença sem vínculo institucional. A escolha pessoal em meio a uma pluralidade de ofertas foi refletida por Danièle Hervieu-Leger e Charles Taylor. Essa reflexão ainda não foi superada nem por outras nem pela realidade. Cf: DAVIE, Grace. *Religion in Britain since 1945: Believing without Belonging*. Oxford: Blackwell, 1994. HERVIEU-LÈGER, Danièle. *Le pèlerin et le converti: La religion en mouvement*. Paris:



modo, insistamos, o Brasil não tem se tornado menos religioso, porém religiosamente mais diversificado e individualizado.

12. Interessante observar a relação entre dois aspectos à primeira vista opostos. De um lado, temos a desinstitucionalização, processo sociocultural por meio do qual as instituições que, em outros contextos, regulavam as crenças, os sentidos e os comportamentos agora já não possuem acolhimento sociocultural para o fazerem. As instituições estão em baixa e as individualidades em alta. Por outro lado, deparamo-nos com a contínua afirmação de que, entre as instituições mais confiáveis, encontra-se exatamente a Igreja Católica. De fato, estes são fatos opostos e uma primeira e mais imediata reação é a de negar os processos de desinstitucionalização, afirmando-se tratar de uma teoria que não considera a realidade. Esta leitura, contudo, padece de excessiva simplificação, desconsiderando uma característica muito própria de nosso tempo e que podemos compreender por meio da expressão *crer sem seguir*. O fato de as pessoas confiarem na palavra da Igreja Católica no Brasil não significa que venham a seguir o que esta mesma Igreja orienta, especialmente em questões de moral pessoal e doutrina social. No atual contexto brasileiro, confiança, não implica necessariamente seguimento, adesão. O ethos religioso brasileiro de nossos dias consegue separar reconhecimento e confiança de aceitação e seguimento. Desse modo, podemos dizer que estamos diante de um contexto que se deixa conduzir pela lógica do *crer sem pertencer nem seguir*.

Consequências e preocupações

Flammarion, 1999; TAYLOR, Charles. *A secular age*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 2007.



13. Esse contexto faz emergir algumas preocupações também já mencionadas em ACE anteriores. A primeira dessas preocupações diz respeito à *incidência* do ato de crer na vida pessoal e social. No âmbito pessoal, faz-se necessário indagar a respeito do terreno onde podem ser semeadas atitudes de fraternidade e solidariedade, pois a aguda individualização acaba por colocar em xeque a dimensão da alteridade. Como anunciar o Deus-Trindade, o Deus-Relação, em uma realidade fortemente marcada por individualização, polarização, embates e rupturas? A aguda e polarizada individualização não torna o terreno mais difícil para as sementes do perdão e da reconciliação? No âmbito social, até que ponto conteúdos ligados, por exemplo, à justiça socioambiental, ao bem comum ou à democracia não acabam acusados como perda de identidade cristã e por isso rejeitados por uma mentalidade autorreferencial e polarizada? Essas e outras perguntas fazem com que o discernimento a respeito das futuras DGAE tomem a peito a questão de se viver um cristianismo incidente.
14. Além disso, é preciso levantar a questão acerca da *consistência* e da sustentabilidade dessa diversidade ao longo do tempo. Em que medida formas de pertencimento agudamente subjetivas e personalizadas conseguirão manter a consistência da fé confessada e a continuidade da pertença comunitária? O fato é que há riscos significativos nesse processo. Quando a decisão religiosa se concentra quase exclusivamente no sujeito, a fé tende a ser reinterpretada a partir de critérios individuais, ocorrendo uma inversão brutal. Já não é mais a fé que remete o crente a Deus, mas Deus é adequado à expectativa da pessoa que crê. Tal dinâmica pode conduzir a uma forma de crer na qual a experiência religiosa se mantém, contudo desvinculada de tradições e instituições que lhe conferem continuidade histórica, com o risco de estarem também desvinculadas de aspectos



essenciais da identidade cristã. Estamos aqui diante da possibilidade de *crer sem converter*.

Consequências evangelizadoras e opções pastorais

15. Diante desse quadro, emergem consequências pastorais decisivas. Em primeiro lugar, torna-se evidente a necessidade de novas dinâmicas de evangelização. A simples transmissão de conteúdos doutrinários ou a manutenção de estruturas tradicionais já não são suficientes para gerar adesão significativa. É preciso recuperar o núcleo da experiência cristã como encontro pessoal com Jesus Cristo. Faz-se necessário, também, o discernimento sobre as mediações eclesiais que ajudem a ultrapassar as lógicas da individualização, gerando um terreno fértil para que a semente da Boa Nova produza os seus frutos. As formas tradicionais de mediação tais como a paróquia territorial, a catequese doutrinária, as estruturas hierarquizadas e as pastorais de manutenção precisam ser repensadas à luz da nova sensibilidade cultural e religiosa que se descortina de acordo com o ethos religioso atual (DAp 37). O atual contexto indica, portanto, a necessidade de opções pastorais que, ao mesmo tempo, tornem o Evangelho inteligível e interpelável, ou seja, capaz de ser compreendido, porém com igual força para questionar o que se manifesta como contrário ao que Jesus Cristo indicou. O que está em jogo não é apenas uma adaptação metodológica, mas uma conversão pastoral e missionária (DAp 371), efetivamente capaz de acessar as periferias existenciais. A mudança do ethos religioso brasileiro exige que a Igreja passe de uma postura predominantemente de conservação para uma atitude missionária, caracterizada, entre outros aspectos, por escuta, acolhida, discernimento das interrogações, inquietações e desafios de hoje, com criatividade evangelizadora. Isso implica reconhecer que a fé, no



contexto atual, não pode mais ser presumida como herança, mas deve ser proposta como caminho de sentido em meio a uma sociedade individualizada, fragmentada e em crise. Por tudo isso, o desafio consiste em anunciar o Evangelho em um contexto no qual crer já não significa necessariamente pertencer nem seguir. Trata-se de redescobrir a força do testemunho, da comunidade e do encontro pessoal como caminhos privilegiados para que a fé cristã continue a oferecer sentido, esperança e horizonte à existência humana no Brasil de hoje. Trata-se de buscar itinerários para que a fé seja transmitida às novas gerações, seja alimentada e mantenha seu vigor profético-solidário.

Entre mediações e caminhos

16. Como se pode perceber, na medida em que busca entender a conexão entre as propostas evangelizadoras das futuras DGAE e sua conexão com a conjuntura religiosa brasileira atual, esta ACE fez a opção de predominantemente olhar para fora. Escolheu analisar a realidade não a partir do que exitosamente vem acontecendo nas dioceses, paróquias, comunidades, associações e nos movimentos. Essa realidade existe e deve ser louvada. Não pode, entretanto, ser considerada a única perspectiva, uma vez que o Evangelho traz em si uma irrenunciável *pretensão de universalidade*, ou seja, de chegar a *todas* as pessoas e de incidir sobre a realidade sociocultural, ainda que obedecendo a lógicas e mediações que variam conforme o tempo e o lugar. Uma configuração de cristandade concebe esta pretensão de universalidade de um modo diferente da configuração de pós-cristandade. Enquanto aquela parte de uma perspectiva predominantemente uniforme, esta necessita considerar uma realidade pluriforme e marcada pela policrise. Evangelizar é, sem dúvida, olhar em todas



as direções, considerando os que estão dentro e precisam ser alimentados em sua fé para que, em perspectiva missionária, apresentem a Boa Nova da Salvação a quem nunca teve contato com a pessoa e a mensagem de Jesus Cristo ou a quem, embora já tendo tido esse contato, dele se distanciou. Com isso, emerge um perfil de ação evangelizadora, cuja primeira característica consiste em redirecionar o foco da ação evangelizadora rumo à missão, colocando a Igreja em *estado permanente de missão*. Este, como sabemos, foi um dos grandes discernimentos da Conferência de Aparecida. Já no período preparatório, falava-se em missão e a primeira sugestão foi a de ações missionárias até mesmo em nível continental. Com o amadurecimento da ideia, viu-se que, mais do que ações ou momentos, importava, na linguagem do Papa Francisco e do sínodo sobre a sinodalidade, desencadear processos que permitissem a transformação da perspectiva, passando-a da predominante conservação para uma postura continuamente missionária. Essa consciência está claramente apresentada na conclusão do Documento de Aparecida, onde se firma não apenas a expressão *estado permanente de missão* (DAp 551), mas também a compreensão que se deve ter desta expressão a partir dos eixos transversais a Aparecida: mudança de época, que implica recomeçar a partir de Jesus Cristo, sem dar coisa alguma por pressuposta ou descontada (DAp 548-549). Trata-se, portanto, de uma mudança de mentalidade e de prática na vida da Igreja, pois não se pensa mais a missão por meio apenas de ações missionárias pontuais ou campanhas isoladas, mas de viver toda a sua existência em chave missionária, de modo contínuo, estrutural e permanente. Esta compreensão foi levada a toda a Igreja pelo Papa Francisco (EG 25) e quem sabe seja possível voltar mais atentamente a ela em 2027, quando vamos celebrar 20 anos da Conferência de Aparecida.



17. Pelo momento, contudo, importa insistir que o estado permanente de missão implica a revisão de estruturas, métodos e linguagens, para que favoreçam o anúncio do Evangelho em contextos novos. Não se trata, por certo, de abandonar ações missionárias nem momentos missionários fortes. Estes, contudo, devem estar integrados em um processo mais amplo, que implica a transformação do jeito de ser cristão, de fazer pastoral, em um contexto com pluralidade, individualização e alta mobilidade religiosa. Com isso, a missionariedade, enquanto programática, pode conter ações ou projetos, por exemplo, de visitação, de intercâmbio entre as Igrejas em vista da cooperação intereclesial. Ao mesmo tempo, porém, a dimensão paradigmática deve perpassar todas as opções feitas e isso começa a ser feito quando nos perguntamos se nossas escolhas e nossas prioridades levam a Igreja no Brasil a dialogar com o contexto de pós-cristandade e suas crises, resumidas nesta ACE nestes aspectos: *mediações e referências, vínculos e alteridade, sentido e incidência*. Neles se encontram os desafios evangelizadores de nosso tempo. Não são os únicos, por certo. São, porém, os que, permanecendo na base dos demais, acabam por atuar de modo decisivo nos resultados pastorais. Antes, portanto, de se pensar em ações ou projetos pontuais, faz-se necessário discernir quais sejam os meios concretos pelos quais a ação evangelizadora da Igreja precisa acontecer. São as pontes entre o Evangelho (conteúdo da fé) e a vida real das pessoas (contexto concreto). São as instâncias ou situações que tornam o anúncio da Boa Nova inteligível. São a base da *inculturação*, ou seja, do mergulhar em uma cultura, compreendê-la, dialogar com ela, apresentar a Boa Nova e permitir que emerjam jeitos de viver o Evangelho que, em outros contextos, outras culturas não existiriam. Em termos gerais, este é, portanto, um tempo de se trabalhar pela inculturação do evangelho em um contexto de pós-cristandade, que não lida mais com a uniformidade, a institucionalidade e a perenidade.



18. Ao mesmo tempo, nesse diálogo inculturador, importa ter grande atenção para que as propostas evangelizadoras não se deixem cooptar pela mentalidade predominante. Isso significa, em termos de pós-cristandade, avaliar até que ponto a experiência cristã pode ser vivenciada em base plural, individual e de alta mobilidade. Para responder, é preciso insistir com todo vigor no fato de que contexto algum possui a exclusividade para a vivência da experiência cristã. Todo contexto possui valores e limites. Importa que a ação evangelizadora, não se fechando em um único contexto, não se distancie dos novos desafios nem se deixe cooptar por realidades novas, perdendo a força interpeladora diante delas, perdendo seu profetismo.
19. Consequentemente, em um tempo ou contexto de forte individualização, a ponto de se poder seguramente falar em autorreferencialidade, a maior mediação é sem dúvida a relação interpessoal, como condição de vivência da alteridade. Com isso, a experiência de comunidade se torna uma urgência em razão da crise de vínculos, de alteridade. Em tempos de relações humanas frágeis, com a proposta de predomínio ou mesmo exclusividade de relações virtuais, torna-se irrenunciável viver o *profetismo do relacionamento*, da *fraternidade*, do *convívio*, não dando por pressuposto que formas usuais de convívio estejam cumprindo essa função e que o convívio fisicamente presencial possa ser substituído pelo digital. Em suas viagens missionárias, S. Paulo não apenas anunciava oportuna e inoportunamente o Evangelho. Ele também formava comunidades. Em sua atividade evangelizadora, formava discípulos, organizava comunidades e instituía lideranças (Atos 14,21-23). Por isso, encontramos comunidades organizadas, que recebiam seu acompanhamento. Ele por exemplo, permaneceu longo tempo em Corinto, ensinando e formando uma comunidade estável (Atos 18,1-11). Em seu discurso aos anciãos de Éfeso, percebe-se uma organização comunitária com líderes locais e contínuo cuidado pastoral (Atos 20,17-38).



20. Por certo, os contextos de cristandade não prescindem da dimensão comunitária da fé. Esta dimensão está presente porém implícita, por exemplo, nas famílias e nas relações de vizinhança. A novidade da pós-cristandade, com toda a mobilidade que implica, com a ampla possibilidade de vínculos que não exigem mais proximidade espacial, traz aos primeiros lugares da preocupação evangelizadora a explicitação da dimensão comunitária como um valor evangélico primário e que, por isso, necessita estar na linha de frente dos discursos e mais ainda das práticas evangelizadoras. Gerar comunidades tornou-se uma urgência. E duas são as características do atual momento de prioridade comunitária. Em primeiro lugar, as comunidades já não dependem tanto de proximidade espacial. Em segundo lugar, devem ser plurais na constituição, na configuração de seus membros, nos serviços e ministérios, bem como na incidência no entorno. À dinâmica de uma sociedade em rede, deve corresponder uma rede ou comunidade de comunidades, uma expressão nem tão antiga assim, mas que, na celeridade dos nossos dias, exige que sejamos como o escriba que tira de seu baú coisas novas e velhas, tenhamos que recuperar¹¹. A relação entre a crise de mediações, referências, vínculos e alteridade com a explicitação da dimensão comunitária é direta. Nesse ponto, o sociocultural e o teológico se encontram, pois a *comunidade*, enquanto lugar de vínculos humanos primários, é mediação por excelência para a experiência cristã de Deus.

¹¹ Rede ou comunidade de comunidades nas conferências latino-americanas: Puebla **617** é a referência clássica. Ali se afirma que a paróquia deve ser compreendida como *comunidade de comunidades*. Nos números seguintes (618–622), o documento desenvolve essa ideia, especialmente ao tratar das CEBs, mostrando como elas se articulam na vida da Igreja. Santo Domingo retoma a importância das pequenas comunidades (SD 58, 91, 257). CNBB. Comunidade de comunidades: uma nova paróquia. Documento 100. Neste documento, especialmente entre os parágrafos 170-210 e a partir do 280, é proposta a articulação de pequenas células vivas e a divisão paroquial em setores.



21. Um segundo aspecto diz respeito ao que deve ser priorizado nas pequenas comunidades em vista do enfrentamento da crise de referências e de sentido. Trata-se de um acompanhamento pastoral que gradativamente vai explicitando a importância da relação fraterna na configuração do sentido da vida, enquanto abertura ao Reino de Deus. Não se trata de apenas estar junto, conviver, se encontrar, mas de iluminar esse encontro, esse convívio, com os meios necessários para que a mente, o coração e toda a vida acolham o mistério revelado. Por isso, é tempo de explícita *iniciação à vida cristã*, a qual, como sabemos, ultrapassa em muito os cursos de preparação para os sacramentos da iniciação cristã. Assim como a pós-cristandade exige a explicitação da experiência comunitária, exige igualmente que a iniciação à vida cristã seja explicitada como prioridade e ação constante (DAp 294). Na comunidade se vive o que na iniciação à vida cristã é iluminado. Na iniciação à vida cristã se ilumina o que na comunidade é vivenciado. Uma sem a outra não funciona ¹².
22. Por sua vez, uma realidade polissêmica como a atual vai exigir não apenas um contato mais direto com a Sagrada Escritura, mas também e acima de tudo o discernimento de um caminho para esse contato. A Bíblia pode estar nas mãos de muitas pessoas e, com a disponibilidade até mesmo nos celulares, ela tem estado. Importa, todavia, identificar o caminho pelo qual a chamada animação bíblica da vida e da pastoral deve ocorrer. Iluminar a

¹² LEÃO XIV, Discurso no encontro com o clero da Diocese de Roma: "Portanto, é urgente voltar a anunciar o Evangelho: esta é a prioridade. Com humildade, mas também sem desanimar, devemos reconhecer que «parte do nosso povo batizado não sente a sua pertença à Igreja», o que exorta a prestar atenção também a uma «sacramentalização sem outras formas de evangelização» ... Por isso, é necessário que a pastoral paroquial volte a colocar o anúncio no centro, para procurar caminhos e formas que ajudem as pessoas a entrar novamente em sintonia com a promessa de Jesus. Neste contexto, a iniciação cristã, muitas vezes modulada por ritmos escolares, deve ser revista: é necessário experimentar outras modalidades de transmissão da fé, até fora dos percursos clássicos, para procurar envolver de modo novo as crianças, os jovens e as famílias"



vida com a Palavra de Deus implica também um modo de acolher e interpretar a Palavra na direção da fraternidade e da solidariedade, como condições para a alteridade e, mais ainda, para a Alteridade Radical. Trata-se, em primeiro lugar, da superação de uma leitura em estilo mágico, que garanta efeitos automáticos na vida pessoal ou social, na vida financeira ou afetiva. Além disso e em direta conexão, trata-se de ultrapassar exatamente a dimensão excessivamente individualizante do contato com a palavra, com o risco de alimentar uma concretização individualista ou pragmática da fé, sem transformação real da pessoa e da realidade.

23. No processo de explicitação comunitária da vivência da fé, importa estar atento para que as comunidades, tenham elas o perfil que tiverem, não se tornem *ilhas de proteção*, reunindo pessoas em torno a si mesmas, com propostas de isolamento do mundo e até mesmo da Igreja. Historicamente, maniqueístas, cátaros, albigenses e montanistas fazem parte do passado. O princípio gerador dessas mentalidades, no entanto, permanece como risco constante, na medida em que uma tendência de espiritualidade e uma configuração comunitária, explícita ou implicitamente, alimentam a criação de mundos à parte, com os que se consideram espiritualmente perfeitos e por isso de alguma forma desinteressados pela transformação da realidade. Assim, o desafio evangelizador atual consiste em manter viva a sensibilidade em relação aos crucificados da terra, ou, se desejarmos uma expressão tão nossa, a *opção preferencial pelos pobres*, com sua ampliação para os inúmeros rostos de fragilidade e para os desafios da *casa comum*, na medida em que se trata de um único clamor (LS 52-53). Nosso tempo também é inevitavelmente um tempo de *compromisso explícito pela vida plena*, ainda



que o atual contexto sociopolítico seja “intenso e tenso”¹³. A fé no Ressuscitado e o consequente compromisso pela vida plena, a vida desde a concepção até a morte natural, precisa ser igualmente explicitada no processo de configuração comunitária, fortalecida pela iniciação à vida cristã, a qual é baseada no contato constante com a Palavra de Deus.

24. A tudo isso, soma-se a necessidade de mediações de natureza litúrgica e de piedade popular. Em ambas, emerge não apenas a dimensão celebrativa da fé, mas também uma característica fundamental para os tempos de pós-cristandade, a saber, a capacidade de dizer, de expressar, de manifestar com todas as dimensões do ser humano a experiência realizada, reestabelecendo a capacidade de propor itinerários mistagógicos. A importância da piedade popular corresponde a um tempo em que os conceitos estão em crise. Embora sempre existindo na vida da Igreja, em tempos como o atual, ela atua como ponte entre o que é experiencial e o que é conceitual. Em períodos de grande pluralidade, individualização e incerteza, os conceitos acabam perdendo força para iluminar o cotidiano. As pessoas não encontram mais categorias estáveis para interpretar sua fé ou para ligar a experiência religiosa à vida social e cultural. Nessas horas, emerge com toda força a piedade popular com sua capacidade de traduzir o mistério e a doutrina para formas práticas, simbólicas e ritualizadas que conectam o indivíduo à fé sem exigir domínio intelectual completo dos conceitos. A piedade popular permite que o fiel viva a fé na prática cotidiana, transmitindo valores e sentidos de maneira concreta. Em tempos de crise de mediações, ela funciona como uma mediação que mantém a religiosidade ativa em contextos em que os conceitos abstratos não têm poder de atração ou compreensão. Ela

¹³ GRUPO DE ANÁLISE DE CONJUNTURA PADRE THIERRY LINARD. A conjuntura brasileira em 2026: um ano tenso e intenso. 26 de fevereiro de 2026.



sobrevive e floresce justamente em tempos de crise conceitual, porque dá corpo, ritmo e sentido à fé quando os conceitos teológicos, doutrinários ou eclesiais encontram dificuldade para se fazer presentes de modo eficaz na vida das pessoas.

25. Esta valorização da piedade popular exige, como tanto a Igreja insiste, no discernimento dos conteúdos que lhe são atribuídos. A Igreja sabe que, sem desconsiderar a riqueza cultural e afetiva das manifestações de piedade popular, é indispensável acompanhar, orientar e ajudar a amadurecer. É claro que, antes de qualquer purificação, é preciso reconhecer o valor das práticas populares como formas legítimas de vivência da fé. Elas manifestam a experiência do sagrado, muitas vezes de maneira mais concreta e afetiva do que conceitos teológicos abstratos e/ou rituais litúrgicos herméticos e engessados. No entanto, é preciso igualmente reconhecer que nem todas as práticas populares estão em plena consonância com a fé cristã. O acompanhamento, ligado a uma contínua iniciação à vida cristã enquanto apresentação querigmática e mistagógica do mistério de Cristo, envolve ajudar a superar práticas que reduzem a fé, por exemplo, a atos repetidos mecanicamente sem uma perspectiva ético-existencial de fraternidade e solidariedade ou a comportamentos geradores de fanatismo. No contexto do ethos brasileiro contemporâneo, marcado por pluralidade, individualização e pós-cristandade, o acompanhamento purificador ajuda a evitar que a religiosidade popular seja apenas uma fé *à la carte*, centrada no indivíduo autorreferenciado, algumas vezes estimulado por *influencers* religiosos. Torna as práticas populares mediações efetivas, capazes de gerar comunidades, vínculos e experiência do Evangelho, mesmo num cenário altamente fragmentado.



26. Com isso, podemos entender o sentido sociocultural da dimensão litúrgica como mediação importante para o diálogo com a pós-cristandade. Trata-se da expressão ritual, simbólica e comunitária da experiência religiosa, que organiza, comunica e dá sentido à vida de pessoas e grupos. O ser humano é um ser litúrgico por natureza. Pela liturgia lato-sensu, o ser humano marca o tempo, estrutura o espaço, transmite valores, narrativas e significados. Os rituais são linguagem. Expressam e, ao mesmo tempo, alimentam sentidos. Abrem portas para o significado da realidade, para a o lugar do ser humano no mundo e, é claro, para a transcendência. Em tempos de forte crise de mediações e de linguagens, os rituais litúrgicos geram e alimentam formas de pertencimento e coesão comunitária. Integram o indivíduo à comunidade, oferecendo experiências de solidariedade, identidade e memória coletiva. Permitem uma mediação entre o humano e o divino, dando sentido às dificuldades, alegrias e celebrações da vida. Cria uma linguagem simbólica que comunica mais que palavras. É um sistema simbólico que cria e sustenta uma visão do mundo. No contexto brasileiro atual, a dimensão litúrgica da fé ajuda a sustentar vínculos comunitários, mesmo diante da subjetividade aguda e da mobilidade religiosa. Traduz o Evangelho em experiências concretas, acessíveis e afetivas. É mediação cultural entre tradição e novas formas de crer, conciliando fé pessoal com prática comunitária.

Quem vai fazer tudo isso?

27. Por fim, não nos esqueçamos de que as DGAE ora em discernimento aguardaram as conclusões do sínodo sobre a sinodalidade. Com base, pois, no Documento Conclusivo das duas sessões sinodais e nas recentes indicações da Secretaria do Sínodo, somos alertados quanto ao fato de que, sem sinodalidade, não conseguiremos levar adiante a proposta de dialogar



evangelicamente com o contexto de pós-cristandade tão mencionado nesta ACE. O ponto de partida para essa afirmação encontra-se no fato de que a cristandade atua em chave *mono*, ou seja, é capaz de trabalhar com uma perspectiva única de pastoral (conservação) e de serviços e ministérios (o presbítero). Quando, no entanto, a pós-cristandade altera a chave de vivência e de leitura da realidade para *plural*, as mediações centrípetas perdem boa dose de seu fôlego, exigindo, desse modo, que também os processos, as estruturas e os vínculos sejam plurais. Por sua vez, essa pluralidade não é justaposta, no sentido de que coexistam uma ao lado da outra, algumas vezes até mesmo competindo entre si. Ao contrário, a pluralidade exige articulação, integração e algumas reestruturações.

28. Sabemos que *sinodalidade* ainda é, na prática, um conceito em construção, uma experiência a ser diuturnamente amadurecida. Ao mesmo tempo em que a formos implantando, iremos aprendendo mais a respeito dela. No momento, o que se tem é que, sem a sinodalidade as indicações para a ação evangelizadora em nossos dias, um tempo de pós-cristandade, encontrarão maior dificuldade para serem levadas a efeito. Isso acontece porque o ponto de partida da sinodalidade está diretamente ligado à pluralidade. Um mundo plural como o de nosso tempo, não só pede múltiplas formas de ser e de evangelizar, como também de as diferenças conviverem pacífica e harmonicamente. Em termos, portanto, testemunhais diante de um mundo de concentração e exclusão, sinodalidade implica escuta qualificada dos diferentes. Exige a clareza de que formas colegiadas de discernimento e multiministeriais de execução da missão são mediações igualmente indispensáveis. A sinodalidade nos ajuda “a viver com confiança e com um novo ânimo as tensões que atravessam a vida da Igreja - entre unidade e diversidade, tradição e novidade, autoridade e participação - deixando que



o Espírito as transforme, para que não se tornem oposições ideológicas e polarizações prejudiciais”¹⁴.

Discernir e levar adiante

29. Esta ACE apresentada à 62ª AGO buscou discernir em que medida as futuras Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil podem responder com fidelidade e eficácia à atual conjuntura eclesial, marcada pela passagem da cristandade à pós-cristandade. Partiu da constatação de que o ethos religioso brasileiro contemporâneo é caracterizado pela pluralidade, pela individualização e pela alta mobilidade, inserido em um contexto mais amplo de policrise, no qual se fragilizam mediações, vínculos, referências e sentidos. Tal cenário não implica o desaparecimento da religião, mas sua profunda reconfiguração, frequentemente marcada pela lógica do **crer sem converter, seguir nem pertencer**. Consequentemente, a ação evangelizadora não pode se limitar à conservação de estruturas e métodos herdados de um contexto de cristandade, exigindo, antes, uma conversão pastoral e missionária que coloque a Igreja em estado permanente de missão. Tal conversão passa pela redescoberta da centralidade do encontro pessoal com Jesus Cristo, pela valorização das pequenas comunidades como mediações privilegiadas em uma sociedade fragmentada, pelo fortalecimento da iniciação à vida cristã, pela adequada animação bíblica da vida e da pastoral, pela integração entre liturgia e piedade popular e pelo compromisso com a transformação da realidade à luz do Evangelho. Por fim, para que esses caminhos da missão sejam trilhados, destacou que somente uma Igreja sinodal, capaz de articular a pluralidade de dons, ministérios e experiências em processos de escuta, discernimento e corresponsabilidade,

¹⁴ LEÃO XIV, Homilia no Jubileu das Equipes Sinodais e Organismos de Participação.



poderá responder de modo consistente aos desafios da pós-cristandade, mantendo viva a força profética do Evangelho e sua incidência na vida pessoal e social.

30. As DGAE que estamos para aprovar são as primeiras no pontificado do Papa Leão XIV. Em unidade com o Santo Padre, “queremos dizer ao mundo, com humildade e alegria: Olhai para Cristo! Aproximai-vos d’Ele! Acolhei a sua Palavra que ilumina e consola! Escutai a sua proposta de amor para vos tornardes a sua única família”. Enquanto essa ACE era construída, chegavam notícias de guerras e violências. Tais notícias permanecem chegando e nos desafiando. Tanto as guerras entre nações quanto as agressões interpessoais nos interpelam a sermos “uma Igreja unida, sinal de unidade e comunhão, que se torne fermento para um mundo reconciliado”¹⁵.

¹⁵ LEÃO XIV, Homilia para o início do ministério petrino do bispo de Roma, 18 de maio de 2025

